



IV Colóquio de História da Educação

SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES NA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA (1967-1977).1

Experiências de preservação da memória escolar.

Maria Aparecida Casagrande2, (maparecida@pc.sc.gov.br)

1 Introdução

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado concluída em 2013 e busca problematizar os saberes e práticas escolares na Academia da Polícia Civil de Santa Catarina - ACADEPOL/SC3, na primeira década de sua existência (1967-1977). Neste texto, privilegiaram-se, especialmente, as discussões em torno da ACADEPOL/SC como uma instituição de ensino construtora de conhecimentos, como um lugar de memória, de formação e reprodução de valores da sociedade que, por sua vez, interage com as regras, normas, saberes e práticas, os quais não estão desconectados da cultura que a rodeia e, muitas vezes, são fundamentais para explicar este espaço escolar com seus saberes e práticas.

No âmbito educacional, a ACADEPOL/SC, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, é parte do conjunto das instituições responsáveis pela produção, sistematização e transmissão de saberes e práticas, com uma cultura própria, carregada de historicidade. Assim, Compreendo-a como uma instituição de ensino que se aproxima do ambiente escolar sem deixar de considerar suas especificidades. Trata-se de um espaço de construção de conhecimentos.

Criada pela Lei 3.247 de 9 de maio de 1964, a então chamada “Escola de Polícia” só inicia suas atividades, de fato, em 1967. Em 1974 passou a ser denominada ACADEPOL/SC, e, desde então, é o órgão da Polícia Civil catarinense responsável

1 O presente texto é parte da dissertação de Mestrado em Educação, na linha de pesquisa “Educação, Linguagem e Memória”, intitulada: “Mulheres Policiais: formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977)”, em que o processo de formação das primeiras mulheres que frequentaram a ACADEPOL/SC nesse período, bem como suas trajetórias profissionais ao longo da carreira policial, foram problematizadas sob a perspectiva das relações de gênero e da cultura escolar.

2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC/SC; Agente de Polícia Civil e professora da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina.

3 Situada na cidade de Florianópolis/SC.



IV Colóquio de História da Educação

pelos cursos de formação das carreiras de Delegado de Polícia, Psicólogo Policial, Escrivão e Agente de Polícia, quando do ingresso nos quadros da instituição. Também é atribuição da ACADEPOL a capacitação e aperfeiçoamento de todos/as os/as policiais civis do Estado de Santa Catarina.

Os espaços escolares foram sendo historicamente construídos e desenvolvidos os hábitos, ritos, modos de pensar e agir, tanto dentro da escola como fora dela, não sendo diferente na ACADEPOL/SC. Nesse contexto, as instituições carregam consigo a memória coletiva, cumprindo a mesma função que a memória pessoal tem para o indivíduo, ou seja, dar-lhe sentido e identidade.

2 Saberes e práticas na formação de mulheres policiais

O passado tem múltiplas relações com o presente e os objetos e documentos da ACADEPOL/SC trazem consigo as marcas dos saberes e das práticas no processo de formação das policiais. O que era ensinado e como era ensinado? Quem ensinava e para quem se ensinava? A partir dessas questões é que pauto minhas reflexões e busco problematizar os saberes e práticas dessa escola que profissionalizou mulheres e homens para a carreira policial.

Assim, o currículo instituído na ACADEPOL/SC, certamente, guiou a formação dos alunos e alunas como um campo de força, enfocando aspectos sociais, culturais, políticos e epistemológicos. Nessa perspectiva, o currículo se constitui como um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares.

Percebo que, na implementação do currículo, não existe neutralidade, e por meio dele, as identidades sociais são produzidas, pois é um território de luta e contestação da cultura. Silva (1995) sintetiza a concepção de currículo vista como profundamente articulada com a construção das identidades e das diferenças. Segundo o autor:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas com cânon, as de outros são



IV Colóquio de História da Educação

desvalorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos. (SILVA, 1995, p. 195).

Dessa forma, as instituições escolares, bem como a ACADEPOL/SC, ao programar determinado currículo, estão implicadas na e pela cultura histórico-social da sociedade.

Nos arquivos da ACADEPOL/SC, foram encontrados poucos documentos, principalmente aqueles relativos aos conteúdos programáticos, à carga horária e às disciplinas. Apesar de concordar com Julia (2001), que não se deve exagerar na dificuldade de encontrar documentos e que o historiador é capaz de fazer “flecha com qualquer graveto”, a ausência de outras fontes diminui as possibilidades de aprofundamento acerca do que era ensinado.

Nesse caso, a fonte oral se torna primordial. A partir das lembranças das oito mulheres policiais entrevistadas elenquei os conteúdos mais recorrentes ministrados na ACADEPOL/SC, no período estudado. Uma das alunas recorda o que era ensinado:

Nas aulas se falava sobre todas as coisas do mundo. Tinha aula de tiro, tinha direito, tinha geografia, tinha português e tinha que aprender a fazer ofício, a fazer isso, a fazer aquilo. Aquela época nós saíamos dali habilitadas para fazer um levantamento de local de crime, para fazer um desenho do corpo, da trajetória de bala, do espaço, um percurso [...] 4.

Outra aluna comentou sobre a diferença do que era estudado, em relação ao que já havia estudado na escola regular: “Eu achava o curso difícil, porque tinha matérias que eu nunca tinha estudado, nunca tinha ouvido falar. Tivemos aula de judô, aula de tiro, e o que era mais repassado era sobre o papel do policial e o que nós tínhamos que fazer⁵”.

Na ACADEPOL/SC, a ideia de padronização e homogeneização dos/as alunos/as parece ter sido uma prática pedagógica. No depoimento de Maria de Fátima, há essa evidência:

Naquele curso eu posso te dizer que a gente era um número, não era mulher nem homem, era número. O número um vai pra Caçador fazer trabalho para nós. O número dois que vai pra Itajaí, todos recebiam o mesmo tipo de determinação⁶.

4 Neli Lúcia de Medeiros. Entrevista Citada.

5 Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

6 Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.



IV Colóquio de História da Educação

A escola, permeada por incertezas e indagações advindas dos diferentes grupos sociais e culturais, permanece contemplando a homogeneização e padronização de suas práticas individualizantes e disciplinares em sua essência. Para Foucault (2008), é a homogeneização que torna possível a individualização e diante disso as diferenças aparecem.

A instituição policial possivelmente molda, por meio de seus ideais, a maneira de ser dos policiais. Assim, os/as profissionais ao adentrarem nesse universo passam a compartilhar de uma identidade profissional que, institucionalmente, ambiciona ser homogênea. Na construção dessa identidade, no ambiente da ACADEPOL/SC, as disciplinas ocupam um lugar de destaque, a partir dos conteúdos ensinados. Essa identidade em construção durante a formação se sobrepõe às demais identidades construídas pelas mulheres ao longo de suas vidas. Sobre esse tema, Louro discute (1999, p. 87):

A produção dessas identidades e de suas intrincadas relações dá-se, é claro, em muitas instâncias e espaços. São múltiplas as práticas sociais, as instituições e os discursos que cercam os sujeitos, produzindo e reproduzindo identidades, produzindo e reproduzindo diferenças, distinções e desigualdades. A escola é uma dessas importantes instituições.

Em função do regime civil militar, um dos conteúdos discutidos no Curso de Formação voltava-se para os movimentos que questionavam o governo. Maria de Fátima elucida esse aspecto da seguinte forma:

A gente estudava sobre os movimentos revolucionários, guerrilhas, tudo relacionado aos movimentos revolucionários que tinham na época. Os artistas que eram da esquerda festiva⁷, os movimentos de esquerda, o comunismo, este tipo de assunto⁸.

A educação, enquanto aparelho ideológico foi um dos vários mecanismos utilizados para o controle social em nosso país. O objetivo maior do acordo MEC-USAID, na área da educação, era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e

⁷ A esquerda festiva foi uma expressão usada, de forma irônica, para designar pessoas que se identificavam com a ideologia socialista ou comunista a partir do regime militar de 1964 no [Brasil](#), geralmente estudantes, artistas e intelectuais, que não tomaram parte da ação contra o regime militar, mas que defendiam sua derrubada em bares e festas. Disponível em: <http://pt.goldenmap.com/Esquerda_festiva>. Acesso em: 1 mar. 2013.

⁸ Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.



IV Colóquio de História da Educação

profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira.

No que tange ao material didático utilizado na ACADEPOL/SC, a maioria das alunas não recorda e não guardou seus cadernos e seus escritos, provavelmente se perderam no tempo. Somente uma das entrevistadas fez referência ao material utilizado, relatando que “realmente era uma didática bastante estranha. O material era encontrado em qualquer livro, mas os professores faziam um mistério, diziam que não podiam mostrar para ninguém” 9. Esse “mistério” provavelmente tem relação com o contexto da época.

Mesmo não tendo acesso às ementas das disciplinas durante a pesquisa, é possível afirmar que elas tinham uma intencionalidade, ou seja, legitimar o regime civil militar, em contraposição aos movimentos revolucionários.

Os saberes e práticas escolares da ACADEPOL não estão isolados e podem auxiliar as reflexões para compreender a educação moderna e contemporânea, com o objetivo de aprofundar em determinados períodos e espaços os significados da cultura produzida nesse tipo de instituição, configurando-se em um novo modo de olhar para o ambiente escolar.

Considerações Finais

As lembranças sobre o processo de formação, os saberes e práticas escolares na ACADEPOL, nos dez primeiros anos de sua existência, contribuíram para dar visibilidade à trajetória daquela instituição. Apesar da cultura do descarte estar aparente nos documentos investigados, houve através da memória das alunas a construção de indícios e fragmentos que foram sendo agrupados para compreender os saberes e práticas naquela época.

Na mesma época que o país era atravessado pela Ditadura Civil Militar a Escola de Polícia inicia o processo de ensino técnico-profissional, seguindo as trilhas da modernização oriundas de convênios internacionais, como o MEC-USAID, tendência

9 Maria de Fátima de Souza Ignácio. Entrevista citada.



IV Colóquio de História da Educação

norte americana que influenciou diversas áreas no Brasil, inclusive área educacional e de Segurança Pública, se sobrepondo nos cursos de formação policial.

Ficou evidenciado, através das entrevistas e de documentos, que a Ditadura Civil Militar interferiu na formação policial. As alunas lembraram-se do regime Civil Militar da época que moldou posturas comportamentais impostas no Curso de Formação.

Por fim, foi possível perceber que nesse ambiente educacional outros aspectos importantes foram analisados na cultura escolar, como os saberes e as práticas instituídas na formação das primeiras alunas.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História das violências nas prisões**. 35. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

IGNÁCIO, Maria Fátima de Souza. **Entrevista VII** [mar.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Navegantes, 2012. 1 arquivo .mp3 (90 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-45, 2001. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 12 out. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: VARRABER, C. M. (org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 85-92.

MEDEIROS, Neli Lucia. **Entrevista I** [fev.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Palhoça, 2012. 1 arquivo .mp3 (88 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

WALTRICH, Darci Maria. **Entrevista VIII** [mai.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Criciúma, 2012. 1 arquivo .mp3 (95 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.